



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais

**EDITAL - Pregão Eletrônico nº 90008/2026**

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração-SEMA, através da Gerente de Pregões e dos Pregoeiros designados pelo [Decreto Municipal nº 964/2022](#), bem como pelo titular da Pasta, no uso de suas atribuições legais, o que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, em data e horário indicados neste preâmbulo, regida, quanto às normas gerais, pela Lei n.º 14.133/2021 e pela Lei Complementar n.º 123/2006 e, quanto às normas não-gerais, pelo [Decreto Municipal nº 966/2022](#), considerando todas as suas alterações e legislação específica.

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de elementos em concreto armado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, nos termos das condições, quantidades e exigências do Edital e em seus anexos

(Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.)

**VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL**

**25.310.888,60**, conforme tabela indicativa de itens, Apenso I do TERMO DE REFERÊNCIA.

EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/COMPATIBILIDADE	EXIGÊNCIA DE MODELO E/OU MARCA	VEDAÇÃO DE MODELO OU MARCA
NÃO	NÃO	NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	REQUISITO DE PARTICIPAÇÃO	
MENOR PREÇO POR LOTE	AMPLA CONCORRÊNCIA	
SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.gov.br/compras/pt-br	
CADASTRO DE PROPOSTA ELETRÔNICA A PARTIR DE:	07/05/2026	08h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:	20/05/2026	09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
MODO DE DISPUTA:	ABERTO	
UNIDADE SOLICITANTE	PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana	25.18.000002335-4	

**ANEXO(S) AO EDITAL**

<b>ANEXO I</b> - TERMO DE REFERÊNCIA	<b>ANEXO III</b> - MODELO DE PROPOSTA
<b>ANEXO II</b> - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO PELOS PROFISSIONAIS INDICADOS	<b>ANEXO IV</b> - MINUTA DO CONTRATO

**CONTATO E ENDEREÇO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL**

**ENDEREÇO:** Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, térreo, Goiânia, Goiás, CEP 74884-900.

**E-MAIL:** [semad.gerpre@goiania.go.gov.br](mailto:semad.gerpre@goiania.go.gov.br).

**SUMÁRIO**

[CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)

[CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA](#)

[CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA](#)

[CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES](#)

[CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES](#)

[CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS](#)

[CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO](#)

[CAPÍTULO VIII - DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA](#)

[CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO](#)

[CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA](#)

[CAPÍTULO XI – DO RECURSO](#)

[CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO](#)

[CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES](#)

[CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

[CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

[CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018](#)

[CAPÍTULO XVII – DO FORO](#)

[ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA](#)

[ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA](#)

[ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO](#)

**CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**1.1** Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de *login* e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos junto ao Portal de Compras do Governo Federal, observando que:

**1.1.1** O credenciamento é realizado exclusivamente de forma digital pelo Portal de Compras do Governo Federal, no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br);

**1.1.2** É necessário utilizar um certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para completar o credenciamento;

**1.1.3** Ao finalizar o processo, será atribuída à licitante uma chave de identificação e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao sistema eletrônico do portal.

**1.2** A licitante é responsável por verificar a precisão de seus dados cadastrais no SICAF e por mantê-los atualizados, corrigindo ou alterando qualquer informação imediatamente após detectar erros ou desatualizações.

**1.3** Responsabilidades e isenções no credenciamento e uso do sistema:

**1.3.1 A SEMAD não é unidade cadastradora/credenciadora.** Dúvidas devem ser dirigidas à [Central de Atendimento](#) do Portal de Compras do Governo Federal;

**1.3.2** Não cabe à SEMAD qualquer responsabilidade por eventuais perdas de negócios decorrentes de problemas técnicos ocorridos entre o licitante e o provedor do sistema [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

**1.3.3** É de responsabilidade da licitante:

a) Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

b) Remeter nos prazos estabelecidos, exclusivamente via sistema eletrônico, a proposta, os documentos de habilitação e, quando necessário, os documentos complementares.

c) A veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.

d) Todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

e) Acompanhar a sessão pública do Pregão em todas as suas fases e etapas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de prazos e/ou negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens/avisos/publicidades emitidas pelo agente de contratação ou equipe de apoio ou diante de sua desconexão do sistema.

f) Todos os eventuais custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta e demais documentações exigidas em razão da presente licitação.

g) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**1.4** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo do objeto contratado, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**1.5** Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem em quaisquer das seguintes situações:

**1.5.1** Não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**1.5.2** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**1.5.3** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**1.5.4** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, direta ou indiretamente, inclusive na fase de execução contratual, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria., conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**1.5.4.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

**1.5.5** Estejam elencados no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

**1.5.5.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta:

**a)** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital;

**b)** Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Goiânia;

**c)** Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Goiânia;

**d)** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

**1.5.5.2.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.5.5.3.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

**1.5.5.4.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**1.5.6** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**1.5.7** Encontrem-se em processo dissolução ou liquidação;

**1.6** Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante (salvo aqueles que, por sua natureza, se referirem ao objeto licitado em si) e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou por esta Prefeitura Municipal de Goiânia, quando for o caso.

**1.7** As publicações, avisos e mensagens inerentes ao presente certame ocorrerão nos seguintes meios, conforme o caso de acordo com a legislação pertinente:

**a)** Diário Oficial Eletrônico do Município de Goiânia, consultado através do sítio <https://www.goiania.go.gov.br/>;

**b)** No sítio desta Prefeitura, pelo endereço [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/);

**c)** No sistema eletrônico de licitações provido pelo Governo Federal, pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, através dos avisos inseridos para este certame, vinculado à **UASG 926748**.

**d)** Jornal diário de grande circulação.

**1.8** Será considerada mera faculdade da Secretaria Municipal de Administração o encaminhamento de informações complementares às licitantes, seja por e-mail, telefone ou postal.

**1.9** Quaisquer interessados neste pregão poderão adquirir gratuitamente o edital nos portais indicados nas alíneas b e c do item 1.7 deste edital, bem como no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](#).

**1.10** A ausência de envio integral das documentações requeridas à licitante a cada fase do certame implicará na sua desclassificação ou inabilitação, conforme o caso, resguardadas as situações em que for cabível a realização de diligências conforme hipóteses previstas neste edital.

## CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA

**2.1** Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**2.2** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**2.3** A licitante deverá **preencher**, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

**2.3.1 De condições de participação:**

- a) Sobre ciência do edital;
- b) Sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

**2.3.2 Para fins de habilitação:**

- a) Sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) Sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) Sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) Sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- f) Sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante.

**2.4** A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

**2.5** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**2.6** A licitação será dividida em grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos for de seu interesse.

**2.7** O cadastramento inicial da proposta de preços de cada licitante **se restringe ao preenchimento do formulário eletrônico em sistema**, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

**2.8** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, sob pena de desclassificação, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital, como:

**2.8.1** Valor unitário, em moeda corrente nacional, para cada item integrante do grupo, bem como o valor total do respectivo grupo, resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade estimada, conforme disposto neste Edital.

**2.8.1.1** O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

**2.8.1.2** Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

**2.9** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**2.9.1** O licitante deverá estar ciente que a marca e o modelo indicados em proposta de preços ajustada deverão ser iguais àqueles originalmente cadastrados em sistema antes da disputa eletrônica, sob pena de desclassificação.

- 2.9.2** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 2.9.3** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 2.10** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 2.11** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 2.13** Independentemente do percentual de tributo indicado, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 2.14** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 2.15** Os licitantes devem respeitar os preços unitários e totais máximos estabelecidos neste edital.
- 2.16** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 2.17** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 2.18** Após o início da sessão pública, não cabe mais a desistência da(s) proposta(s) ofertada(s) em sistema, nem a inclusão, substituição ou retirada de arquivos.
- 2.19** A Plataforma COMPRAS GOVERNAMENTAIS disponibiliza página para esclarecimento das licitantes acerca do cadastramento e do uso do sistema eletrônico de licitações, através do endereço: [Fornecedor — Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#).

### CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA

- 3.1** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo agente de contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").
- 3.3** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 3.4** Se ocorrer a desconexão do agente de contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 3.5** No caso de a desconexão do agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.6** O agente de contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

### CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES

- 4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.

**CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES**

- 5.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 5.3** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.4** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.5** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (zero vírgula zero um por cento)*
- 5.6** O licitante poderá, uma **única vez, excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.7** A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “aberto”** no qual, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.7.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.7.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.7.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.7.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.7.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.8** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.9** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.10** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.11** No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14** Empatadas as propostas iniciais, não seguidas de lances, aplica-se sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo [Decreto Municipal 2.469/2024](#).
- 5.14.1** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

**CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**

- 6.1** Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 46 da Lei nº Complementar nº 123/2006, **salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.
- 6.2** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.
- 6.3** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.3.1** Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

**6.3.1.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

**6.3.1.2** Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**6.3.1.3** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

**6.4** Caso seja constatado, de ofício ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**6.5** Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas contratações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO

**7.1** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**7.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**7.3** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

**7.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes, através do CHAT de mensagens, que fará parte dos autos do processo licitatório através da juntada do Termo de Julgamento.

**7.5** Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## CAPÍTULO VIII - DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Lista dos impedidos de licitar e contratar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO;

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**8.1.4.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.1.5.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**8.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6 deste edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores unitários e globais máximos estipulados para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** O agente de contratação solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II deste Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.



**8.7.1** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação, por igual período, mediante solicitação formal e justificada de prorrogação por parte da licitante.

**8.7.1.1** Preço final expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusive os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver;

**8.7.2** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo agente de contratação.

**8.7.3** As propostas terão validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

**8.7.3.1** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**8.8** Será desclassificada a proposta que:

**8.8.1** Contiver vícios insanáveis;

**8.8.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.8.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.8.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.8.5** Apresentar indicativo de alternativa(s) de modelo, marca (fabricante) e/ou de preço;

**8.8.6** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.9** O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**8.10** Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**8.11** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

**8.12** No caso de bens, será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**8.12.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

**a.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.13** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**8.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Os documentos previstos **neste edital e no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.3.** As empresas Licitantes deverão apresentar os documentos especificados a seguir:

**I** - Documentação relativa à habilitação jurídica;

II - Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;

III - Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;

IV - Documentação relativa à qualificação técnica;

V - Documentação complementar solicitada no Edital.

**9.3.1 A HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverá ser apresentada conforme o enquadramento legal da empresa, consistindo em:

- a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado - ou o original com todas as suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) **No caso de ser a participante filial, sucursal ou agência:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização.

**9.3.2 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos/certidões:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.**
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual**, do domicílio ou sede da licitante
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, inclusive INSS.
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.**
- g) **Prova de regularidade fiscal perante o Município de Goiânia**, por meio da apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 108 do Código Tributário Municipal.

**9.3.3 A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** deverá ser comprovada mediante apresentação dos documentos exigidos no **item 6.7 do Termo de Referência**, ANEXO I deste edital.

**9.3.4 A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** deverá ser comprovada mediante apresentação dos documentos exigidos nos itens **6.2, 6.3 e 6.5 do Termo de Referência**, ANEXO I deste edital.

#### DEMAIS REGRAMENTOS

**9.4** Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

**9.4.1** O prazo para envio dos documentos acima mencionados é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**9.4.2** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de contratação.

**9.4.3** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**9.5** A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

**9.5.1** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**9.5.1.1** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Pregões, no prazo estipulado pelo Agente de contratação.

**9.6** Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação de que trata o item 9.4, não será admitida, a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, ressalvada a possibilidade de realização de diligência, mediante decisão fundamentada do agente de contratação, destinada exclusivamente a:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Permitir a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- c) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

**9.7** Para apresentação de documentos complementares ou substitutivos, conforme previsto no item anterior, o pregoeiro convocará a licitante para o encaminhamento da respectiva documentação por meio do campo próprio de "anexos" do sistema eletrônico, observadas as seguintes condições:

**9.7.1** O prazo para envio da documentação será de, no mínimo, 02 (duas) horas, contado da convocação realizada no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado de forma motivada pelo Agente de Contratação, conforme as circunstâncias do caso concreto, ou mediante solicitação formal e justificada da licitante.

**9.7.2** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será computado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo agente de contratação.

**9.7.3** O não envio da documentação complementar no prazo estabelecido, ou após eventual prorrogação concedida, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo da apuração de eventual infração administrativa, nos termos deste edital e da Lei nº 14.133/2021.

**9.8** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**9.8.1** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**9.8.2** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**9.9** Para fins de verificação das condições de habilitação, o agente de contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**9.10** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**9.10.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**9.10.2** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**9.11** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**9.11.1** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

## CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

**10.1** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**10.2** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## CAPÍTULO XI – DO RECURSO

**11.1** Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**11.1.1** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

**11.1.2** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**11.1.3** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

**11.2** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**11.2.1** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**11.3** O agente de contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 3 dias úteis e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à Autoridade Superior para julgamento do recurso, o qual deve proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**11.4** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.5** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.6** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

**12.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**12.1.1** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**12.1.2** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**12.1.3** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES

**13.1** A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**13.2** A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.

**13.3** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.3.1** advertência;

**13.3.2** multa;

**13.3.3** impedimento de licitar e contratar; e

**13.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.4.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.4.2** As peculiaridades do caso concreto;

**13.4.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.4.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

**13.4.5** A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

**13.5** A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

**13.5.1** Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

**13.5.2** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**13.5.3** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

**13.6** A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:

**13.6.1** Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.6.2** Inexecução total do contrato nas hipóteses:

**13.6.2.1** Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

**13.6.2.2** Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

**13.6.3** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de contratação(a) durante o certame;

**13.6.4** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.6.5** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

**13.6.6** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**13.7** As situações previstas nos itens **13.6.2.2** e **13.6.5** ensejará a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**13.8** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**13.8.1** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.8.2** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.8.3** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**13.8.3.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**13.8.3.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**13.8.3.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**13.8.4** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

**13.8.5** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.9** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:

**13.9.1** Para as infrações previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

**13.9.2** Para as infrações previstas nos **itens 13.8.1, 13.8.2 e 13.8.3**, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

**13.10** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.11** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.12** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.8.1, 13.8.2 e 13.8.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**13.13** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.

**13.14** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.15** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.17** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**13.18** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/).

**13.19** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

#### CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**14.1** Qualquer pessoa ou licitante poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão, ou solicitar **esclarecimentos** acerca dos seus termos e condições, no prazo de até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**14.1.1** A petição deverá ser dirigida ao agente de contratação responsável pela condução do certame, podendo ser encaminhada na forma eletrônica, através do e-mail: [semad.gerpre@goiania.go.gov.br](mailto:semad.gerpre@goiania.go.gov.br), até as 23:59h do último dia do prazo.

**14.1.2** O interessado deverá enviar o arquivo da petição por e-mail, em formato editável (ex.: Microsoft Word, LibreOffice etc.) ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar a(o) agente de contratação inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**14.2** As impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser datados e assinados pelo postulante ou pelo seu representante legal, sob pena de não conhecimento.

**14.3** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao agente de contratação decidir no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**14.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e somente ocorrerá mediante decisão motivada pelo(a) agente de contratação(a) nos autos do processo de licitação.

**14.3.2** O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e suas respostas vincularão os participantes e a Administração.

**14.3.3** O pedido de impugnação e/ou de esclarecimento deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes requisitos, **sob pena de não conhecimento**:

**14.3.3.1 Para subscritor pessoa física:**

- a) Identificação do postulante, com indicação de nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB;
- b) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

**14.3.3.2 Para subscritor pessoa jurídica:**

- a) Qualificação do postulante, com indicação de razão social e número de cadastro junto ao CNPJ/RFB;
- b) Nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB do representante legal;
- c) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

**14.4** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas em meio eletrônico, através do Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Goiânia, no endereço [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/) (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e do Portal de Compras do Governo Federal, sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (UASG **926748** e conforme o número deste edital).

**14.5** Qualquer modificação no edital será divulgada pelo(s) mesmo(s) instrumento(s) de publicação original(ais), com consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1** O sistema emitirá termo de julgamento, por grupo, ao final da sessão.

**15.2** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**15.3** É facultado ao agente de contratação, à autoridade a ele superior e às áreas técnicas competentes da Secretaria Municipal de Administração, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**15.3.1** Fica facultado à SEMAD, através da área técnica competente, realizar diligências técnicas necessárias à validação das documentações, declarações e/ou informações ofertadas em quaisquer das fases da licitação e/ou contratação, inclusive junto ao(s) fabricante(s), quando for o caso.

**15.3.2** A invalidação de quaisquer documentações, declarações e/ou informações, pela área técnica, implicará na exclusão do licitante/adjudicatário do procedimento licitatório, de acordo com a fase em que este se encontrar (aceitação da proposta, habilitação ou contratação).

**15.4** O pregão poderá ser suspenso temporariamente pelo(a) agente de contratação, quantas vezes forem necessárias, desde que conferida prévia comunicação às licitantes mediante publicidade no sítio eletrônico desta Prefeitura [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/) (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e no [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

**15.5** O(s) proponente(s) intimado(s) para prestar quaisquer esclarecimentos ou realizar quaisquer diligências adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**15.6** A homologação do resultado da presente licitação não vincula uma subsequente contratação, podendo a Instituição revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, ou anula-lo, por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, publicando o resumo da decisão no Diário Oficial do Município de Goiânia, para conhecimento amplo dos participantes da licitação.

**15.7** Os casos omissos que porventura forem detectados neste Edital serão resolvidos pelo Agente de contratação, com base na legislação em vigor.

**15.8** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

## CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

**16.1** É vedada à SEMAD e ao licitante vencedor a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal,

**16.2** O Licitante vencedor declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela SEMAD.

- 16.3** O licitante vencedor fica obrigado a comunicar à SEMAD, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 16.4** O licitante vencedor cooperará com a Secretaria Municipal de Administração no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.
- 16.5** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato.

CAPÍTULO XVII – DO FORO

**17.1** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RUTY MARIA DOS SANTOS  
Gerente de Pregões

CELSO DELLALIBERA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Item	Quant.	unid.	Descrição	Vr. Unit.	Vr. Total
1	8000	unid.	Tubo concreto armado PA1 0,40 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 131,20	R\$ 1.049.600,00
2	8000	unid.	Tubo concreto armado PA2 0,60 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 288,05	R\$ 2.304.400,00
3	6000	unid.	Tubo concreto armado PA2 0,80 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 441,87	R\$ 2.651.220,00
4	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1000 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 641,59	R\$ 2.566.360,00
5	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1200 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 892,09	R\$ 3.568.360,00
6	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1500 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	R\$ 1.290,09	R\$ 5.160.360,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1				R\$ 17.300.300,00	
7	150	unid.	Laje Inferior para rede 600/800 2,85 x 2,65 x 0,15 metros	R\$ 2.100,00	R\$ 315.000,00
8	150	unid.	Laje Inferior para rede 1000 2,85 x 2,85 x 0,15 metros	R\$ 1.989,00	R\$ 298.350,00
9	100	unid.	Laje Inferior para rede 1200 3,00 x 3,00 x 0,15 metros	R\$ 2.308,00	R\$ 230.800,00
10	100	unid.	Laje Inferior para rede 1500 3,35 x 3,35 x 0,15 metros	R\$ 3.203,85	R\$ 320.385,00
11	150	unid.	Laje Superior para rede 600/800 2,15 x 2,15 x 0,15 metros	R\$ 1.228,00	R\$ 184.200,00
12	150	unid.	Laje Superior para rede 1000 2,15 x 2,15 x 0,15 metros	R\$ 1.228,00	R\$ 184.200,00
13	100	unid.	Laje Superior para rede 1200 2,30 x 2,30 x 0,15 metros	R\$ 1.406,00	R\$ 140.600,00
14	100	unid.	Laje Superior para rede 1500 2,65 x 2,65 x 0,15 metros	R\$ 1.866,00	R\$ 186.600,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2				R\$ 1.860.135,00	
15	15.000	unid.	Tampa de Boca de Lobo 0,06 x 0,50 x 1,00 metros	R\$ 99,25	R\$ 1.488.750,00
16	10.000	unid.	Cavalete para boca de lobo dimensões 1,15 (sup) e 0,55 (inf) x 0,15 x 0,27 m	R\$ 86,50	R\$ 865.000,00
17	5000	unid.	Viga para boca de lobo 0,10 x 0,10 x 1,00 metros	R\$ 87,33	R\$ 436.650,00



18	4000	unid.	Viga para boca de lobo 0,10 x 0,20 x 1,00 metros	R\$ 200,00	R\$ 800.000,00
19	2000	unid.	Grelha em concreto armado 0,10 x 0,50 x 1,00 metros	R\$ 204,00	R\$ 408.000,00
20	2000	unid.	Anel de concreto diâmetro externo de 86cm e diâmetro interno de 60cm com Tampão de concreto diâmetro de 70cm para poço de visita (PV)	R\$ 267,50	R\$ 535.000,00
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 3</b>					<b>R\$ 4.533.400,00</b>
21	80	unid.	Aduela de concreto armado, seção retangular interna de 2,50 x 2,50 m	R\$ 6.660,67	R\$ 532.853,60
22	120	unid.	Aduela de concreto armado, seção retangular interna de 3,00 x 3,00 m	R\$ 9.035,00	R\$ 1.084.200,00
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 4</b>					<b>R\$ 1.617.053,60</b>
<b>VALOR TOTAL TODOS OS GRUPOS</b>					<b>R\$ 25.310.888,60</b>

1.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para fornecimento de elementos em concreto armado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 25.310.888,60 (vinte e cinco milhões, trezentos e dez mil oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

1.3. A presente contratação se dará por meio da realização de licitação na modalidade pregão sob a forma eletrônica, o modo de disputa Aberto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo de itens, regendo-se pelos ditames da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 (LLC), conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Nesta contratação não será concedida destinação de cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte. Fundamenta-se no Art. 40, §3º da Lei 14.133/2021, exceção pela inviabilidade técnica e prejuízo à padronização, conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.5. O fornecimento de elementos em concreto armado se enquadra como bem comum, consoante definição constante no art. 6º, XIII da LLC, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme dispõe o Decreto nº 965 de 14 de março de 2022.

1.6. O fornecimento de elementos em concreto armado se mostra como fornecimento contínuo, definido no art. 6º, XV da LLC, decorrente de necessidades permanentes da Administração, sendo essencial para a manutenção da infraestrutura de drenagem da capital, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.7. Em vista da necessidade de fornecimento de elementos em concreto armado ser contínua, o prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da LLC.

1.8. O prazo inicial superior a um ano justifica-se pela vantajosidade econômica desse modelo de contratação, porque, ao dispor de um prazo contratual de vigência maior, o contratante pode diluir custos logísticos e operacionais. Além disso, há uma redução do número de licitações a serem realizadas, o que reduz o custo operacional para a própria organização.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação para fornecimento de elementos em concreto armado se mostra necessária à Administração municipal para atender às demandas crescentes de obras de infraestrutura no Município de Goiânia, já evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

### 2.2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.2.1. A solução a ser contratada foi definida a partir da análise da necessidade administrativa de assegurar a continuidade dos serviços de manutenção e construção dos sistemas de drenagem urbana executados pela SEINFRA.

2.2.2. A solução consiste na contratação de empresa para o fornecimento, sob demanda, de elementos em concreto armado, com entrega diretamente na sede administrativa da SEINFRA.

2.2.3. A contratação é de fornecimento sob demanda, conforme cronograma operacional das equipes de campo e planejamento físico das obras, evitando tanto a descontinuidade dos serviços.

2.2.4. Além do fornecimento dos materiais, a solução deverá assegurar que os mesmos atendam integralmente às especificações técnicas previstas nas normas pertinentes, cabendo à contratada a responsabilidade pela qualidade, transporte adequado e conformidade técnica quanto às características de cada produto.

2.2.5. Os itens supracitados são insumos da construção civil que abrangem peças pré-moldadas em concreto armado e que são empregados na construção de drenagem pluvial, sendo esta responsável por conduzir as águas pluviais até o seu destino final. Devido à natureza do produto, manutenção ou assistência técnica não é aplicável, uma vez que se trata de elementos de concreto armado com funcionamento passivo e durabilidade intrínseca. A integridade e o desempenho da estrutura são garantidos pela conformidade com as normas técnicas e de projeto.

## 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. Critérios Por Categorias:

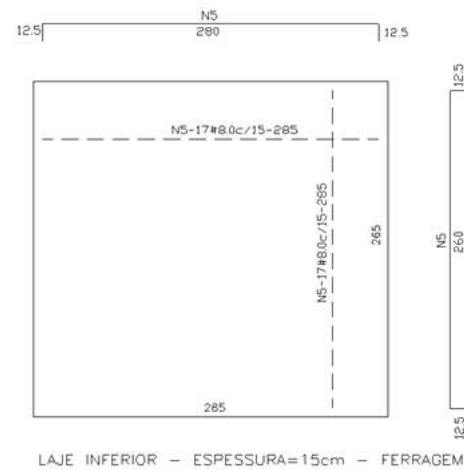
3.1.1. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-1, com diâmetro nominal = 400 mm, comprimento de 1,00 metro

3.1.2. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-2, com diâmetro nominal = 600 mm, comprimento de 1,00 metro

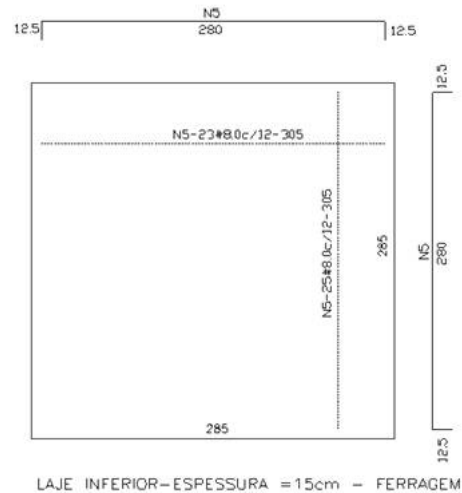
- 3.1.3. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-2, com diâmetro nominal = 800 mm, comprimento de 1,00 metro
- 3.1.4. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-2, com diâmetro nominal = 1000 mm, comprimento de 1,00 metro
- 3.1.5. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-2, com diâmetro nominal = 1200 mm, comprimento de 1,00 metro
- 3.1.6. Tubo de concreto armado para galerias de águas pluviais, tipo Macho e Fêmea, PA-2, com diâmetro nominal = 1500 mm, comprimento de 1,00 metro

Obs.: Esses elementos em forma de tubos de concreto armado é um material essencial para a construção e manutenção de Galerias de Águas Pluviais - GAP do sistema de drenagem urbana. São usados para conduzir as águas pluviais até o seu devido lançamento e suportar cargas pesadas. Eles são muito utilizados em obras de infraestrutura, como de drenagem de áreas, ruas etc.

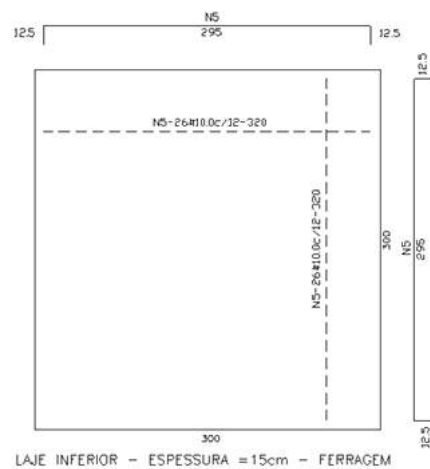
- 3.1.7. Laje inferior para rede 600/800 mm, pré-moldada em concreto armado, dimensões 2,85 x 2,65 x 0,15 metros (para rede), conforme detalhamento:



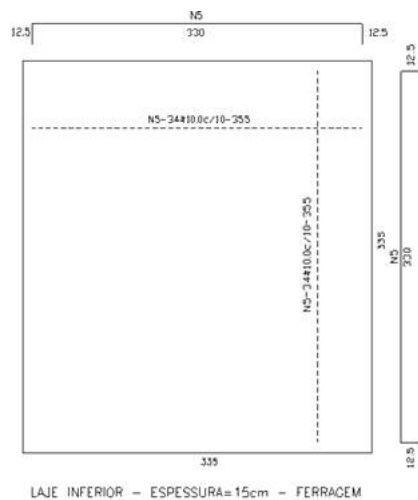
- 3.1.8. Laje inferior para rede 1000 mm, pré-moldada em concreto armado, dimensões 2,85 x 2,85 x 0,15 metros (para rede), conforme detalhamento:



- 3.1.9. Laje inferior para rede 1200 mm, pré-moldada em concreto armado, dimensões 3,00 x 3,00 x 0,15 metros (para rede), conforme detalhamento:



3.1.10. Laje inferior para rede 1500 mm, pré-moldada em concreto armado, dimensões 3,35 x 3,35 x 0,15 metros (para rede), conforme detalhamento:



3.1.11. Laje superior para rede 600/800 mm, pré-moldada em concreto armado, furo circular DN 600mm, dimensões 2,15 x 2,15 x 0,15 metros (para rede), conforme detalhamento:

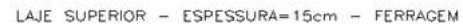
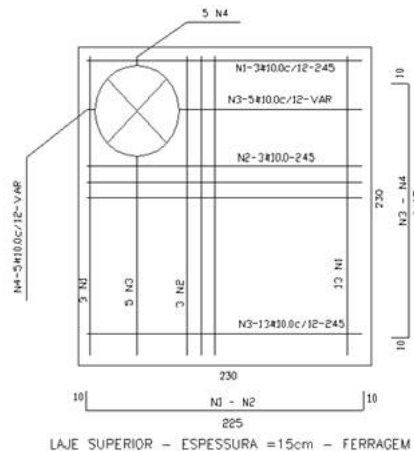
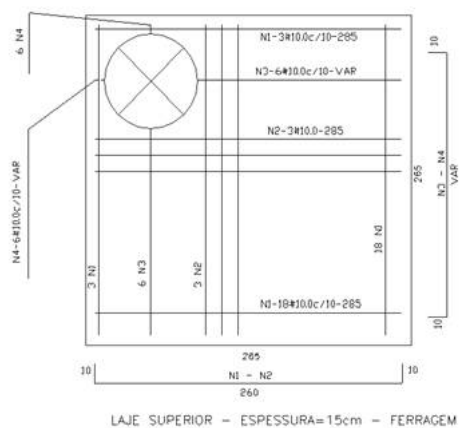


Diagrama de uma laje superior com uma grelha de armadura. A grelha é composta por barras N1, N2, N3, N4 e N5. As dimensões da laje são 10m por 10m. As dimensões das barras são: N1=3#8.0c/12-232, N2=3#10.0-232, N3=5#8.0c/12-VAR, N4=5#8.0c/12-VAR, N5=3#8.0c/12-232. A distância entre as barras N1 e N2 é 212cm, e a distância entre as barras N3 e N4 é 215cm. A distância entre as barras N1 e N3 é 10cm, e a distância entre as barras N2 e N4 é 10cm. A distância entre as barras N3 e N5 é 10cm, e a distância entre as barras N4 e N5 é 10cm.

[https://sei.goiania.go.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento\\_trabalhar&acao\\_origem=procedimento\\_controlar&acao\\_retorno=procedimento\\_controlar&id\\_procedimento=7454338&infra\\_sistema=1000001...](https://sei.goiania.go.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_retorno=procedimento_controlar&id_procedimento=7454338&infra_sistema=1000001...) 20/46



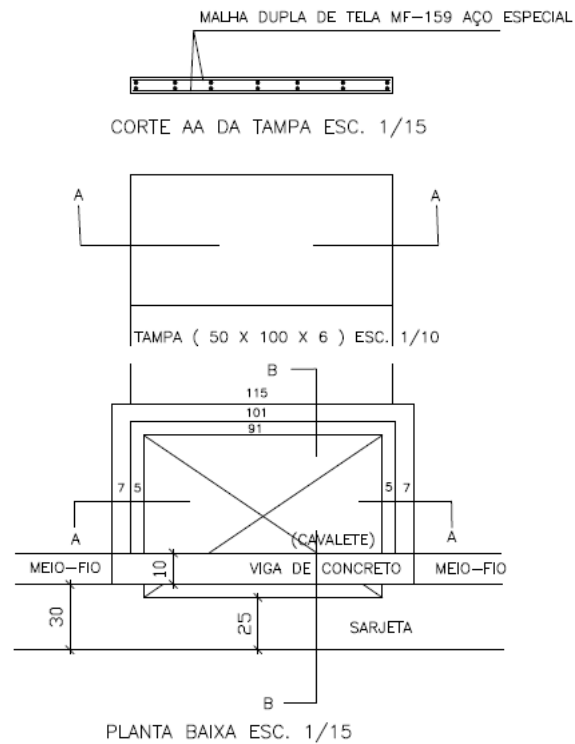
3.1.14. Laje superior para rede 1500 mm, pré-moldada em concreto armado, furo circular DN 600mm, dimensões 2,65 x 2,65 x 0,15 metros (para rede)



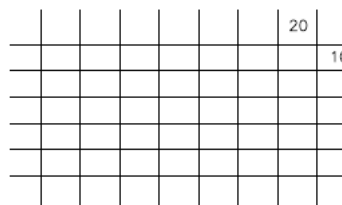
Obs.: Esse elemento em forma de lajes pré-moldadas de transição, excêntricas, em concreto armado, e são utilizadas para a confecção de poços de visita de limpeza de rede de águas pluviais ou esgoto e formando um elo entre a câmara de acesso (chaminé) e a câmara de trabalho (balão). Essa laje isola o tampão de acesso aos de poços de visita (nível da rua) e a tubulação que passa pelo orifício de acordo com o diâmetro nominal (DN).

3.1.15. Tampa de Boca de Lobo 0,06 x 0,50 x 1,00 metros

3.1.15.1. Elemento pré-moldado de concreto e forma retangular, com dimensões de 50 cm de largura e 100 cm de comprimento, a fim de conferir mais proteção ao dispositivo de drenagem contra avarias devido ao excesso de cargas que possam ocorrer sobre a superfície. O concreto deve ter fck de 15 MPa. Segue detalhamento:



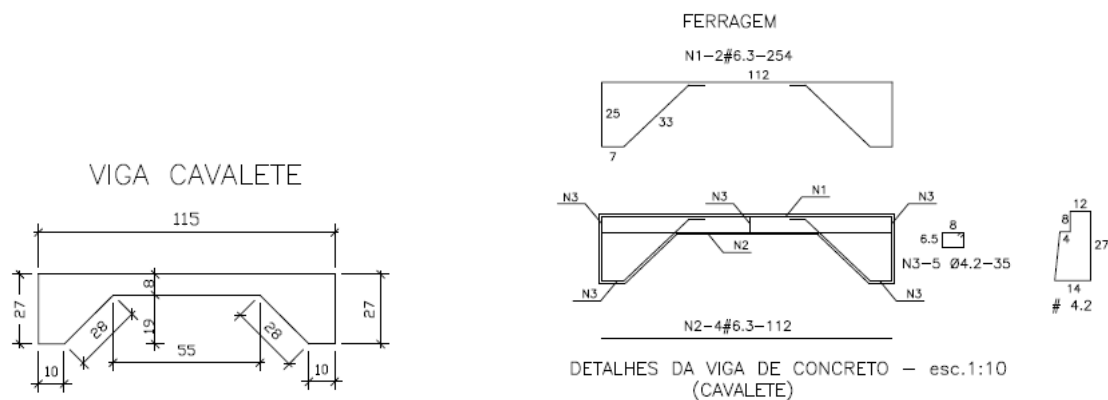
MF-159 - AÇO ESPECIAL CA60  
 TELA MF-159 = Ø 4,5mm COM MALHA DE 10x20cm



MALHA DA TAMPA - esc. 1:15

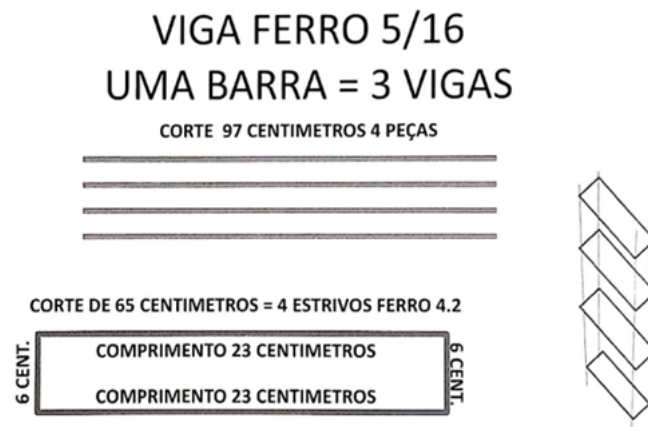
3.1.16. Meio-fio ou guia de concreto pré-moldado, tipo chapéu para boca de lobo, dimensões 1,15 (superior) e 0,55 (inferior) x 0,15 x 0,27 m (Cavalete)

3.1.16.1. Elemento guia, feito em concreto pré-moldado, com abertura central utilizado em vias públicas a fim de evitar que as águas pluviais precipitadas avancem sobre o passeio público ou utilizados em dispositivos de drenagem urbana, como boca de lobo. Esse guia, também conhecido como cavalete, deve possuir dimensões de 115 cm de base longitudinal, 15cm de largura e altura de 27cm.



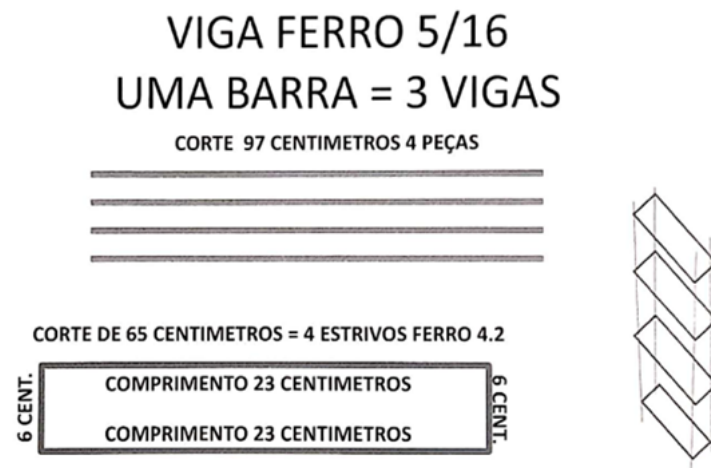
3.1.17. Viga para Boca de Lobo 0,10 x 0,10 x 1,00 metros

3.1.17.1. Viga pré-moldada para boca de lobo a fim de estruturar o cavalete. Feita de aço CA-50, arame recozido e concreto fck 15 Mpa. Segue detalhamento:



3.1.18. Viga para Boca de Lobo 0,10 x 0,20 x 1,00 metros

3.1.18.1. Viga pré-moldada para boca de lobo a fim de estruturar o cavalete. Feita de aço CA-50, arame recozido e concreto fck 15 Mpa. Segue detalhamento:



3.1.19. Grelha de concreto 0,10 x 0,50 x 1 m para boca-de-lobo - areia e brita comerciais - sobrecarga do trem tipo TB 45 (SVA)

3.1.19.1. Elemento feito de concreto com fck 25 Mpa e armação em aço CA-50.

As grelhas devem ser fabricadas em concreto armado pré-moldado. Esse conjunto pré-moldado é utilizado em locais com desníveis acentuados para garantir o escoamento subsuperficial de águas pluviais e funcionam acopladas às caixas para boca de lobo em concreto.

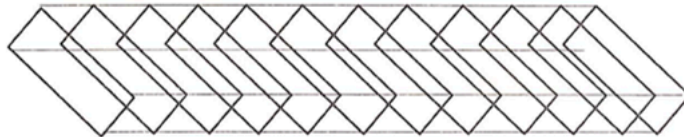
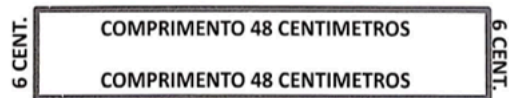
# GRELHA FERRO

5/16 UMA BARRA E MEIA = 1 PEÇA

CORTE 1,12 CENTIMETROS 4 PEÇAS

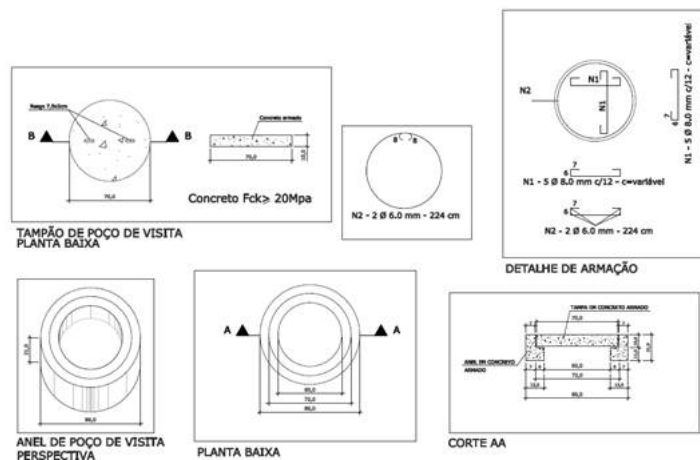


CORTE DE 1,12 CENTIMETROS = 12 ESTRIVOS POR GRELHA



3.1.20. Anel de concreto diâmetro externo de 86cm e diâmetro interno de 60cm com Tampão de concreto diâmetro de 70cm para poço de visita

Obs.: O anel deverá possuir encaixe de 72cm para tampão, conforme detalhe abaixo:



3.1.21. Aduela/ Galeria pre-moldada de concreto armado, seção retangular interna de 2,50 x 2,50 m (L x A), misula de 20 x 20 cm, C = 1,00 m, espessura min = 15 cm, TB-45 e fck do concreto = 30 Mpa

Aduela de concreto pré-moldado com junta rígida tipo "macho-fêmea", com dimensões 2,5m X 2,5m X 1,0m (largura, altura e comprimento, respectivamente)

3.1.22. Aduela/ Galeria pre-moldada de concreto armado, seção retangular interna de 3,00 x 3,00 m (L x A), misula de 20 x 20 cm, C = 1.00 m, espessura min = 20 cm, TB-45 e fck do concreto = 30 MPa



Aduela de concreto pré-moldado com junta rígida tipo "macho-fêmea", com dimensões 3,0m X 3,0m X 1,0m (largura, altura e comprimento, respectivamente)

Obs.: As aduelas deverão ser fabricadas em total conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, atendendo integralmente à norma técnica NBR 15396(ABNT, 2018) – Aduelas (galerias celulares) de concreto armado pré-fabricadas – Requisitos e métodos de ensaios. Tubos Celulares, mais conhecidos como “Aduelas em Concreto”, do tipo IV, conforme Publicação do IPR-736, Álbum de projetos – Tipos de Dispositivos de Drenagens, 5ª Edição/2018. Condições de utilização e dimensionamento para tráfego de veículos Classe 45 e aterro de até 6,0 metros de altura. As peças fabricadas deverão atender a norma NBR 15396(ABNT, 2018).

3.1.23. A Administração resguarda o direito de recusa dos materiais baseado na análise do laboratório próprio ou da consultoria contratada. Neste caso, a contratada deverá providenciar, dentro do prazo estabelecido para fornecimento, outro material que atenda às especificações.

### 3.2. CRITÉRIOS DOS PRODUTOS

#### 3.2.1. Critérios Gerais:

3.2.1.1. A seleção prévia de insumos e materiais deverá ser realizada de forma ao produto final atender diretamente às especificações técnicas previstas neste termo de referência.

#### 3.2.2. DOS MATERIAIS:

3.2.2.1. Todos os materiais devem possuir qualidade e garantia de bom desempenho, suporte a solicitação de esforços elevados, resistência à intempéries, bem como resistência à agentes de degradação, como os sulfatos, que podem estar presentes na composição química das águas pluviais, dentre outros.

#### 3.2.3. DO CONCRETO:

3.2.3.1. Na produção do concreto, a ser utilizado na fabricação dos materiais pré-moldados, devem ser observados os requisitos técnicos versados nas normas técnicas brasileiras. Principalmente no que tange à: NBR 12655 (ABNT, 2022) em relação ao preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto; NBR 6118 (ABNT, 2023) em relação ao teor água/cimento, cobrimento e requisitos de durabilidade das estruturas de concreto e NBR 9062 (ABNT, 2017) em relação ao projeto e execução das estruturas de concreto pré-moldado.

3.2.3.2. A dosagem do concreto deve ser precedida de estudo de dosagem pela metodologia “Dosagem racional e experimental”, conforme preconiza a NBR 12655 (ABNT, 2022). De forma adicional, devem ser levadas em consideração as condições de preparo do concreto compatível com o uso ao qual se destina.

3.2.3.3. Os aditivos no concreto devem atender ao disposto na NBR 11768-2 (ABNT, 2019) e o teor de íon cloro no concreto não deve ser maior que 0,15%, determinado na ASTM C 1218.

3.2.3.4. No estado endurecido do concreto, devem ser atendidos os requisitos técnicos de determinação da resistência à compressão NBR 7215 (ABNT, 2022) bem como os requisitos de durabilidade primados pela NBR 6118 (ABNT, 2023).

3.2.3.5. Os aditivos no concreto devem atender ao disposto na NBR 11768-1 (ABNT, 2019). Não devem ser empregados aditivos à base de cloretos ou quaisquer halogenetos, conforme NBR 9062 (ABNT, 2017).

3.2.3.6. Caso seja necessário, o bombeamento, com os valores especificados no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer o laudo com os resultados do teste de abatimento de tronco de cone (Slump Teste), conforme NBR 16889 (ABNT, 2020), e o laudo referente ao resultado da determinação da resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos aos 28 (vinte e oito) dias, que deve seguir os requisitos técnicos da NBR 7215 (ABNT, 2022).

#### 3.2.3.7. Critérios adicionais em relação aos tubos de concreto armado:

3.2.3.7.1. A dosagem do concreto deve ser feita por método compatível com a tecnologia usual reconhecida neste país, de acordo com a NBR 12655 (ABNT, 2022) e com o processo de fabricação dos tubos. A relação água/cimento, expressada em litros por quilograma, deve ser no máximo de 0,50 para tubos destinados as águas pluviais

3.2.3.7.2. Os agregados devem ter sua dimensão máxima limitada ao menor valor entre um terço da espessura da parede do tubo e o cobrimento mínimo da armadura, em conformidade com a NBR 6118 (ABNT, 2023).

#### 3.2.4. DA ARMAÇÃO:

3.2.4.1. O detalhamento das armaduras inseridas no interior das peças de concreto pré-moldado deve seguir as ilustrações dos detalhamentos técnicos inseridos neste Termo de Referência.

3.2.4.2. O aço utilizado na armadura deve atender aos requisitos da NBR 7480 (ABNT, 2023), conforme o processo de montagem da armadura.

3.2.4.3. O cobrimento das armaduras deve seguir as recomendações de NBR 6118 (ABNT, 2023), de acordo com a classe ambiental.

3.2.4.4. As armaduras não devem apresentar elevado estado de oxidação da sua superfície e não deve possuir partes reduzidas de sua seção transversal.

#### 3.2.4.5. Critérios adicionais em relação aos tubos de concreto armado:

3.2.4.5.1. A armadura principal do tubo pode ser circular simples ou circular dupla, posicionada de forma a garantir o atendimento aos cobrimento mínimos exigidos. As barras transversais da armadura (barra ou telas) não devem afastar-se entre si ou das extremidades do tubo por mais de 0,50mm, sendo que na bolsa este afastamento não pode ser maior que 50 mm, tendo pelo menos duas espiras em sua extremidade. As emendas de barras podem ser feitas por transpasse ou solda por metodologias que garantam a continuidade da capacidade estrutura do conjunto;

3.2.4.5.2. O cobrimento interno das armaduras deve ser no mínimo 20 mm e o cobrimento externo no mínimo 15 mm, para os tubos de diâmetro nominal até 600 mm. Para os tubos com diâmetro nominais maiores que 600 mm, o cobrimento interno das armaduras deve ser no mínimo de 30 mm e o cobrimento externo no mínimo de 20 mm;

#### 3.2.5. DA MOLDAGEM:

3.2.5.1. Deve ser feita por processo industrial adequado às características do produto final quando resistência mecânica, permeabilidade, estanqueidade e absorção: dimensões, acabamento e arestas bem definidas, garantindo posicionamento geométrico de armaduras e respeitando o cobrimento mínimo, bem como dos demais acessórios afixados na moldagem.

### 3.2.6. DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E MANUSEIO

3.2.6.1. As peças de concreto pré-moldado devem ser armazenadas em local apropriado, e acordo com as instruções de normas técnicas, e devem ser protegidos contra possíveis contaminações provenientes do ambiente.

3.2.6.2. Em todas as peças devem constar, em caracteres legíveis, o nome ou marca do fabricante, a classe a qual pertencem ou a resistência à compressão do pré-moldado, além de um número de rastreamento para identificação de todas as suas características de fabricação.

3.2.6.3. O manuseio do material, no estado fresco e no estado endurecido, deve ser feito de modo a não alterar as suas características mecânicas, em respeito às normas vigentes.

3.2.6.4. Critérios adicionais em relação aos tubos de concreto armado:

A principal norma para armazenamento de tubos de concreto é a NBR 8890 (ABNT, 2021), que estabelece os requisitos para tubos de concreto de seção circular. Essa norma também cobre aspectos de estocagem, incluindo a forma ideal (vertical) e o limite de pilhas quando a estocagem for na horizontal, variando conforme o diâmetro do tubo.

3.2.6.5. Critérios adicionais em relação as aduelas:

A norma para armazenamento de aduelas, conforme a NBR 15396 (ABNT, 2018), prioriza a proteção das peças contra danos e a degradação por agentes externos. O armazenamento deve ser feito em local limpo, seco e coberto, evitando contato direto com o solo. As aduelas devem ser empilhadas de forma organizada, utilizando suportes adequados para evitar deformações ou rachaduras. Além disso, é importante garantir a identificação e rastreabilidade das peças, indicando suas características e origens.

### 3.2.7. DO ACABAMENTO

3.2.7.1. As superfícies internas e externas das peças de concreto pré-moldado devem ser regulares, homogêneas e compatíveis com o seu processo de fabricação.

3.2.7.2. O pré-moldado não deverá apresentar imperfeições geométricas, superficiais visíveis e imperfeições que sejam detectáveis através de perfuração mecânica, e que sejam prejudiciais à qualidade, à durabilidade, à resistência mecânica, à impermeabilidade, à vida útil e à durabilidade.

3.2.7.3. Não é permitido retoque com nata de cimento, ou similar, visando esconder defeitos

### 3.2.8. DAS APLICAÇÕES DOS MATERIAIS

3.2.8.1. Esclarecemos que o material solicitado será utilizado na manutenção de infraestruturas existentes e outras a serem construídas.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não haverá necessidade de realização de vistoria prévia do local de prestação de serviços, tendo em vista que a contratação se trata de fornecimento de material.

4.2. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 A vedação à subcontratação neste objeto se justifica pela necessidade de unidade técnica e responsabilidade integral da contratada sobre todo o ciclo do serviço. A fragmentação por terceiros eleva o risco de descontinuidade, dilui responsabilidades e dificulta a gestão, impactando diretamente a disponibilidade dos materiais e a continuidade do fornecimento e serviços administrativos.

## 5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes no Edital e em seus Anexos, na forma do art. 15 da Lei 14.133/2021:

5.1.1. O número máximo de integrantes de cada consórcio será de até 3 (três) empresas. A justificativa principal para limitar o consórcio a até 3 empresas é encontrar o equilíbrio ideal entre capacidade técnica/financeira e eficiência de gestão. Um número menor garante maior agilidade na tomada de decisões, clareza nas responsabilidades e redução da burocracia interna, minimizando os riscos de conflitos e impasses que atrasariam o projeto.

5.1.2. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

5.1.3. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.1.4. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.

5.1.5. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

5.1.6. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.

5.1.7. Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

5.2. As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

5.2.1. A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.

5.2.2. A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

5.2.3. A indicação da empresa líder como representante do consórcio.

5.2.4. Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.

5.2.5. O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

5.3. Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.

5.4. A comprovação da habilitação técnica exigida poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

5.4.1. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

5.4.2. As declarações exigidas no Edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

5.5. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

5.5.1. Fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 20% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021. Justifica-se visto que o fornecimento de estruturas em concreto armado exige uma estrutura financeira mais sólida, visando o equilíbrio entre mitigação de risco e manutenção da competitividade.

5.5.2. O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.6. O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

5.7. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.

5.8. Na apresentação da garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

## 6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo de itens, regendo-se pelos ditames da LLC, abaixo tabela de itens em licitação (100%).

Item	Quant.	unid.	Descrição	Grupos
1	8000	unid.	Tubo concreto armado PA1 0,40 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	Grupo 1
2	8000	unid.	Tubo concreto armado PA2 0,60 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	
3	6000	unid.	Tubo concreto armado PA2 0,80 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	
4	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1000 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	
5	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1200 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	
6	4000	unid.	Tubo concreto armado PA2 1500 x 1000 mm, tipo macho e fêmea	
7	150	unid.	Laje Inferior para rede 600/800 2,85 x 2,65 x 0,15 metros	Grupo 2
8	150	unid.	Laje Inferior para rede 1000 2,85 x 2,85 x 0,15 metros	
9	100	unid.	Laje Inferior para rede 1200 3,00 x 3,00 x 0,15 metros	
10	100	unid.	Laje Inferior para rede 1500 3,35 x 3,35 x 0,15 metros	
11	150	unid.	Laje Superior para rede 600/800 2,15 x 2,15 x 0,15 metros	
12	150	unid.	Laje Superior para rede 1000 2,15 x 2,15 x 0,15 metros	
13	100	unid.	Laje Superior para rede 1200 2,30 x 2,30 x 0,15 metros	
14	100	unid.	Laje Superior para rede 1500 2,65 x 2,65 x 0,15 metros	
15	15.000	unid.	Tampa de Boca de Lobo 0,06 x 0,50 x 1,00 metros	Grupo 3
16	10.000	unid.	Cavelete para boca de lobo dimensões 1,15 (sup) e 0,55 (inf) x 0,15 x 0,27 m	
17	5000	unid.	Viga para boca de lobo 0,10 x 0,10 x 1,00 metros	
18	4000	unid.	Viga para boca de lobo 0,10 x 0,20 x 1,00 metros	
19	2000	unid.	Grelha em concreto armado 0,10 x 0,50 x 1,00 metros	

20	2000	unid.	Anel de concreto diâmetro externo de 86cm e diâmetro interno de 60cm com Tampão de concreto diâmetro de 70cm para poço de visita (PV)	
21	80	unid.	Aduela de concreto armado, seção retangular interna de 2,50 x 2,50 m	Grupo 4
22	120	unid.	Aduela de concreto armado, seção retangular interna de 3,00 x 3,00 m	

6.2. A contratada deverá atender todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2.1. Qualificação Técnica, devendo obedecer Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional, seguindo seus parágrafos e incisos.

6.2.2. Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de CERTIDÕES ou ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

6.2.3. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior

6.3. Qualificação Técnica Profissional

6.3.1. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica pelo fornecimento de material(is) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

6.3.1.1. Para o Lote/Grupo 1: fornecimento de Tubo concreto armado PA2 tipo macho e fêmea

6.3.1.2. Para o Lote/Grupo 2: fornecimento de Laje Superior para rede

6.3.1.3. Para o Lote/Grupo 3: fornecimento de tampa de boca de lobo

6.3.1.4. Para o Lote/Grupo 4: fornecimento de Aduela de Concreto Armado

6.3.1.5. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, sendo admitida sua substituição apenas por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no **Anexo I-A**.

6.3.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica emitidos por profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou ato profissional sob sua responsabilidade.

6.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.4. Disposições Gerais sobre Habilitação

6.4.1. Quando for permitida a participação na licitação ou contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para a assinatura do contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos de habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados conforme o Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo nos casos expressamente permitidos em lei.

6.4.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, deverão estar em nome da filial, exceto os atestados de capacidade técnica ou os documentos que, por sua natureza, somente possam ser emitidos em nome da matriz.

6.4.5. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças em números de documentos referentes ao CND e CRF/FGTS, desde que comprovada a centralização do recolhimento das respectivas contribuições.

6.5. Qualificação Técnico-Operacional

6.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de fornecimento similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, mediante a apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, conforme o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço de fornecimento, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviço de fornecimento executados de forma concomitante, situação que equivale, para efeitos de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

6.5.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que constem no objeto social da empresa e estejam relacionados à atividade desempenhada;

6.5.1.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu origem à contratação atestada, endereço atual do contratante, local de execução dos serviços de fornecimento e demais documentos comprobatórios pertinentes;

6.5.1.4. Os atestados apresentados deverão referir-se a serviços de fornecimento compatíveis com a atividade econômica principal ou secundária do fornecedor, devidamente especificadas em seu contrato social vigente;

6.5.2. Serão aceitos atestados ou documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa realizada por tradutor público juramentado e observada a legalização consular ou apostila de Haia quando aplicável, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

6.5.3. Será admitida a apresentação de atestados ou certidões de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual o fornecedor tenha participado, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nos §§ 10 e 11 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações complementares pertinentes.

6.5.4. Após contratação a empresa deverá apresentar o registro no CREA de acordo com a Lei 5194/66, art. 59 “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar serviços de fornecimento relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.” Ainda, de acordo com a Resolução 1121/19, art. 3º “O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREA”.

#### 6.6. Justificativa para as Exigências Relacionadas à Qualificação Técnica

6.6.1. A exigência de comprovação de qualificação técnica no presente Termo de Referência tem fundamento nos artigos 67 e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre a necessidade de comprovação da capacidade técnica e operacional dos licitantes, de modo a assegurar a execução adequada, segura e eficiente do objeto contratual. Tal medida visa garantir que as empresas participantes possuam experiência comprovada em fornecimentos similares, evitando-se riscos de inexecução, entregas fora de especificação e prejuízos à qualidade das obras públicas. O objeto desta contratação refere-se à aquisição de peças pré-moldadas de concreto, compreendendo tubos de concreto armado e simples, aduelas, lajes pré-moldadas, tampas de concreto, bocas de lobo e demais artefatos estruturais utilizados em sistemas de drenagem e infraestrutura rodoviária. Trata-se de materiais que demandam controle rigoroso de produção, resistência, durabilidade e conformidade dimensional, sendo indispensável que o fornecedor comprove experiência prévia no fornecimento de itens de natureza e complexidade equivalentes. Com base no princípio da proporcionalidade e nos parâmetros estabelecidos pelo §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, exige-se a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento ou fabricação anterior de materiais de características semelhantes ao objeto desta licitação, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total licitado. Esse percentual é compatível com o previsto em lei e visa equilibrar a necessidade de seleção de fornecedores tecnicamente habilitados com a preservação da competitividade do certame. A exigência justifica-se tecnicamente pela necessidade de assegurar que o fornecedor possua domínio dos processos de produção, controle de qualidade e tecnologia aplicável à fabricação de artefatos de concreto, garantindo que os produtos atendam aos padrões de resistência, durabilidade e acabamento exigidos para utilização em obras públicas. A ausência de experiência comprovada em fornecimentos dessa natureza pode acarretar riscos de não conformidade, retrabalho, atrasos na execução das obras e prejuízos à Administração Pública. Assim, a comprovação de fornecimento anterior de no mínimo 50% do objeto licitado constitui medida de prudência administrativa e técnica, voltada à mitigação de riscos contratuais e à preservação da qualidade e funcionalidade dos serviços de fornecimento de materiais para uso em engenharia. A referida exigência observa integralmente os princípios da isonomia, competitividade, eficiência e segurança jurídica, assegurando que o contrato seja celebrado com empresa apta e tecnicamente capacitada, em estrita consonância com o interesse público e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

#### 6.7. Qualificação Econômico-Financeira

6.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

6.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

6.7.2.1. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

6.7.2.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

6.7.2.2.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.7.2.2.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.7.2.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.7.2.2.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.7.2.2.5. As exigências relacionadas à Qualificação Econômico-Financeira são necessárias devido ao alto valor previsto para contratação. A escolha dos critérios são compatíveis com as características do objeto, visto que tratam-se de elementos de concreto armado normatizados e necessitam de controle tecnológico, visando assim mitigar riscos de inexecução contratual, paralisações do fornecimento de forma a causar atrasos de obra ou serviços, bem como eventuais prejuízos ao erário. Além disso, visa assegurar capacidade de mobilização inicial por parte da empresa, absorção de eventuais oscilações financeiras e manutenção do fluxo de caixa necessário, na medida em que visam assegurar a execução contratual com qualidade, continuidade e segurança, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1. O material deverá ser entregue na SEINFRA, situada na Rua 21, nº 410, Vila Santa Helena, Goiânia, Goiás, CEP 74.555-330.

7.2. A contratada deverá dar início às entregas de elementos de concreto armado em até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, prorrogável mediante justificativa, apresentada formalmente antes do encerramento do prazo.

7.3. O horário de entrega dos materiais deverá ser entre as 08:00 horas e 16:00 horas, sendo que os materiais que chegarem após este horário não serão recebidos, sendo a contratante isentada de qualquer responsabilidade sobre os custos incidentes e sobre o transporte em desconformidade com o disposto neste Termo de Referência.

7.4. No ato da entrega os funcionários da contratada deverão estar devidamente identificados com crachá e uniformes.

7.5. O uso de EPI's é obrigatório, quando for o caso, podendo a entrega ser suspensa, caso o funcionário não os utilize

7.6. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a outrem a ou subcontratar, no todo ou em parte, o fornecimento.

7.7. A CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

7.7.1. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

7.7.2. Atender as demais condições descritas neste Termo de Referência;

7.7.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa sua de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;

7.7.4. A não efetuar, em qualquer hipótese, fornecimento de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que desde já exige a Contratante de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não credenciados;

7.7.5 Arcar com os custos do fornecimento, transporte, entrega dos materiais no endereço já descrito.

7.8. A contratada deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.9. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

7.10. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, e dentro do prazo estabelecido pela Administração, as partes do objeto deste Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

7.11. Detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos na NBR e/ou não apresentem boa qualidade, o licitante deverá substituir por outro produto que atenda sem ônus adicional para a Administração Pública, o qual deverá ocorrer em prazo não superior a 24 (Vinte e Quatro) horas da constatação.

7.12. A contratada será obrigada a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou que estiverem em desacordo com as condições pactuadas no contrato.

7.12.1. A garantia deve cobrir contra quaisquer defeitos, vícios ou incorreções resultantes dos produtos empregados

7.12.2. A garantia acima descrita será contada a partir do recebimento do material, que em casos de acionamento deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da solicitação da contratante.

7.12.3. A responsabilidade de todas as despesas de carga e transporte dos materiais em substituição por garantia correrá por conta exclusiva da contratada.

7.13. A contratada deve observar as instruções presentes na Lei nº 9.645/2015, que institui o Programa Licitação Sustentável no âmbito do Município de Goiânia.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A contratada deverá manter, durante todo o período do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando à Administração a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

8.3. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.4. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.5. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.6. A contratada deverá fornecer, obrigatoriamente, endereço eletrônico (e-mail) para comunicações extraoficiais e oficiais, inclusive para receber notificações.

8.7. A contratante designará servidores técnicos, para a gestão e fiscalização da contratação, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

8.7.1 A contratante será responsável pela descarga do material após a chegada no endereço de entrega.

8.8. Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão para exercer as funções estabelecidas no art. 7º, caput e parágrafos, da LLC, e também exercer as atribuições descritas no disposto no Decreto nº 963/2022, bem como observar os requisitos estabelecidos no presente Termo de Referência.

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput e parágrafos da LLC.

8.9.1. O fiscal do contrato acompanhará o fornecimento para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.9.2. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.9.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.9.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar o fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.9.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.9.7. O fiscal de contrato deverá atestar a Nota Fiscal após a efetiva entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.10.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.10.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da LLC, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10.4. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O modo de fornecimento será de forma parcelada.

9.1.1. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no local pré-definido pelo gestor do contrato diretamente no local de aplicação, em até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

9.2. O fornecimento, a princípio, se dará de forma parcelada, conforme o Cronograma de Fornecimento, podendo haver desvios nas quantidades demandadas, os quais serão comunicadas de antemão à contratada.

Item	Discriminação dos serviços	TOTAL SIMPLES	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
1.0	FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE CONCRETO ARMADO	R\$ 25.310.888,60	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36
PERCENTUAL SIMPLES			4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%
TOTAL ACUMULADO			R\$ 1.054.620,36	R\$ 2.109.240,72	R\$ 3.163.861,08	R\$ 4.218.481,44	R\$ 5.273.101,80	R\$ 6.327.722,16	R\$ 7.382.342,52	R\$ 8.436.962,88
PERCENTUAL ACUMULADO			4,17%	8,33%	12,50%	16,67%	20,83%	25,00%	29,17%	33,33%

Item	Discriminação dos serviços	TOTAL SIMPLES	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16
1.0	FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE CONCRETO ARMADO	R\$ 25.310.888,60	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36
PERCENTUAL SIMPLES			4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%
TOTAL ACUMULADO			R\$ 9.491.583,24	R\$ 10.546.203,60	R\$ 11.600.823,96	R\$ 12.655.444,32	R\$ 13.710.064,68	R\$ 14.764.685,04	R\$ 15.819.305,40	R\$ 16.873.925,76
PERCENTUAL ACUMULADO			37,50%	41,67%	45,83%	50,00%	54,17%	58,33%	62,50%	66,67%

Item	Discriminação dos serviços	TOTAL SIMPLES	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês
1.0	FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE CONCRETO ARMADO	R\$ 25.310.888,60	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054.620,36	R\$ 1.054
PERCENTUAL SIMPLES			4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	
TOTAL ACUMULADO			R\$ 17.928.546,12	R\$ 18.983.166,48	R\$ 20.037.786,84	R\$ 21.092.407,20	R\$ 22.147.027,56	R\$ 23.201.647,92	R\$ 24.256.268,28	R\$ 25.3
PERCENTUAL ACUMULADO			70,83%	75,00%	79,17%	83,33%	87,50%	91,67%	95,83%	

9.2.1. Comparativamente, os insumos são contratados de forma frequente para executar diariamente as obras de drenagem. Contudo, sua entrega se dá de forma parcelada, isto é, vai depender das variações de demandas solicitadas por meio de ofícios, ordens de serviços, etc. Assim, não é possível definir previamente a quantidade demandada pela SEINFRA, pois, não se pode prever exatamente os quantitativos necessários para seu atendimento de forma diária, mensal, anual e etc, devido às variações nas demandas do município, inclusive para concretização do PDDU-GYN. O cronograma de fornecimento é uma estimativa, podendo ser finalizado antes do prazo previsto, bem como o prazo poderá ser aditivado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3. No recebimento do elementos de concreto armado será realizada a contagem da quantidade efetivamente entregue.

9.3.1. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.4. A medição e pagamento do quantitativo de elementos de concreto armado serão feitos após a conclusão da entrega, de acordo com a ordem de fornecimento e mediante atesto da Nota Fiscal.

9.5. A medição do fornecimento deverá ser apresentada por meio eletrônico através de planilha eletrônica e impressa, conforme modelos a serem apresentados pela contratante.

9.6. O documento de cobrança deverá conter pelo menos:

9.6.1. CNPJ da Contratada, conforme preâmbulo do Contrato.

9.6.2. Número do instrumento contratual dado pela Prefeitura.

9.6.3. Descrição clara do objeto;

9.6.4. Período de faturamento;

9.6.5. Valor cobrado em conformidade com as condições contratuais pactuadas, discriminando valor unitário e valor total.

9.7. A contratada deverá apresentar a cada pedido de pagamento, para verificação do cumprimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, os documentos a seguir discriminados:

9.7.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

9.7.2. Prova de regularidade, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débito com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

9.7.3. Prova de regularidade fiscal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

9.7.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

9.8.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

9.9. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

9.9.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da unidade pagadora.

9.10 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

## 10. REAJUSTE DOS PREÇOS

10.1. Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimado.

10.2. Após o interregno de um ano, a pedido de uma das partes, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

Os preços unitários serão calculados através da seguinte fórmula:

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:



M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação a data do orçamento estimado por ocasião da abertura da licitação.

Io - Índice referente ao mês da data base correspondente a data do orçamento estimado.

10.3. Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.

10.4. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo desde que verificados os seguintes requisitos, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 – SEMAD:

10.4.1. Caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da LLC.

10.4.2. O evento seja futuro e incerto ou que, embora previsível, possua consequências incalculáveis.

10.4.3. O evento ocorra após a apresentação do orçamento estimado.

10.4.4. O evento não ocorra por culpa da contratada.

10.4.5. A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante.

10.4.6. Haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.

10.4.7. Seja demonstrada nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

10.5. Caso ocorra o fato descrito, e verificados os requisitos previstos acima, a contratada deverá solicitar o reequilíbrio formalmente à contratante, por meio do gestor do contrato, que munido da solicitação e dos documentos mencionados, após estudo de mercado que comprove a situação fática descrita dará prosseguimento nos trâmites processuais para alteração dos valores pactuados.

10.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pelo contratado acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentação comprobatória correlata.

10.7 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da regular instrução do pedido (entrega de toda a documentação necessária), para proferir decisão definitiva.

10.7.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa fundamentada da Administração, caso a complexidade da análise técnica assim o exija.

## 11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 25.310.888,60 (vinte e cinco milhões, trezentos e dez mil oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), conforme o Orçamento Estimado.

11.2. A pesquisa de preços foi realizada atendendo as exigências da Instrução Normativa nº 01/2022 da Secretaria Municipal de Administração, adotando-se os preços referenciais conforme a formação do preço detalhada na Justificativa do Preço Referencial. Considera-se a data-base vinculada à data do orçamento estimado sendo OUTUBRO/2025, presente na Justificativa do Preço Referencial, e preferencialmente a utilização do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) como índice para reajustamento.

11.3. No preço final proposto pela contratada deverão estar incluídos nos preços unitários propostos, todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes do fornecimento tais como: confecção de produto, mão de obra, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, fornecimento de todo o material para realização de serviço, impostos, taxas, enfim, todo e qualquer custo ou despesa e encargo decorrente da prestação dos serviços, objeto desta licitação.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 13. DAS PENALIDADES

13.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13.2 A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.

13.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 advertência;

13.3.2 multa;

13.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

13.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

13.4.5 A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

13.5 A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.5.1 Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

13.5.2 Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.5.3 Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

13.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:

13.6.1 Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.6.2 Inexecução total do contrato nas hipóteses:

13.6.2.1 Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

13.6.2.2 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

13.6.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de contratação(a) durante o certame;

13.6.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.6.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

13.6.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.7 As situações previstas nos itens 13.6.2.2 e 13.6.5 ensejará a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

13.8.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.8.2 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.8.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.8.3.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.8.3.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.8.3.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.8.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

13.8.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.9 A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:

13.9.1 Para as infrações previstas nos itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.9.2 Para as infrações previstas nos itens 13.8.1, 13.8.2 e 13.8.3, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

13.10 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.11 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.8.1, 13.8.2 e 13.8.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.

13.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.18 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/).

13.19 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

#### **14. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Na contratação referente à aquisição e ao fornecimento de elementos de concreto, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato.

14.2. Esta exigência é necessária por que as garantias contratuais oferecidas a qualquer negócio visam, em última análise, a assegurar o cumprimento das obrigações, caso uma das partes do contrato não venha a adimplir com aquilo a que se obrigou. Portanto, oferecem maior segurança ao pacto. Além disso, a garantia serve para a Administração Pública Municipal possa utilizá-la em caso de eventuais prejuízos.

#### **15. GARANTIA DE PROPOSTA**

15.1. Não será exigida, no presente certame, a prestação da garantia de proposta a que se refere o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a ausência de justificativa técnica que imponha tal requisito como condição de pré-habilitação.

#### **16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta da seguinte dotação: 2026.5701.26.451.0025.1432.44903000, 2026.5701.26.451.0025.1432.44905100 e 2026.5701.04.122.0062.2451.33903000

16.2. Informa-se que subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é 2330-3/01 Fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda.

#### **17. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE**

Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei 14.133 de 21 de abril de 2021, e legislações em vigor.

Atestamos que este Termo de Referência atende os requisitos estabelecidos no art. 18 da Lei 14.133 de 21 de abril de 2021.

Atestamos que a pesquisa de preços que subsidiou este Termo de Referência atende o estabelecido na Lei 14.133/21 e IN n. 001/2022-SEMAD

Responsável Técnico:

Rogério Veríssimo Pereira

Gerente de Infraestrutura Viária

De acordo:

Vinicius Tadeu Boldrin de Mello

Diretor de Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Flávia Ribeiro Dias  
Superintendente de Obras e Serviços de Infraestrutura Urbana

Francisco Elísio Lacerda  
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA		
PROPOSTA DE PREÇOS		
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
DADOS DO FORNECEDOR		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		CNPJ:
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
TELEFONE COMERCIAL: ( )		E-MAIL:
DADOS PARA PAGAMENTO		
BANCO:	AGÊNCIA:	Nº CONTA CORRENTE:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
Grupo xx					
1	INDICAÇÃO DO NÚCLEO DO ITEM A <u>Licitante</u> deverá apresentar descrição sucinta do item ofertado, com principais características, <u>sob pena de não aceitação da proposta</u>	indicar	indicar		
2					

A proponente DECLARA, ainda, sob as penas da lei:

a) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b) Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

c) Que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Prefeitura Municipal de Goiânia.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: xxxx(xxxxxxxxxx) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

DATA: XX/XX/XXXX

Representante legal

OBSERVAÇÕES
→ Somente serão admitidas propostas com valores unitários e totais que estejam dentro dos limites máximos estimados no Termo de Referência.
→ Caso a licitante convocada para apresentação de proposta ajustada tenha sido a melhor classificada em mais de um item ou lote, poderá enviar proposta única, contendo todos os dados exigidos em edital para cada um dos itens/lotes que lhe sejam aplicáveis.
→ Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor, sob pena de desclassificação. O fornecedor, portanto, poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

C O N T R A T O Nº...../2026

Contrato para fornecimento de elementos em concreto armado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Administração e a empresa \_\_\_\_\_, nas cláusulas e condições que se seguem:

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana**, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ – Setor \_\_\_\_\_ – Goiânia-GO - CEP. \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo **Secretário, Sr.**\_\_\_\_\_, brasileiro, casado, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e a empresa\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado \_\_\_\_\_, com seus atos constitutivos registrados no(a)\_\_\_\_\_, sediada em\_\_\_\_\_, na\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF, sob o nº\_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº\_\_\_\_\_, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr.\_\_\_\_\_, Identidade nº\_\_\_\_\_, CPF nº\_\_\_\_\_(qualificação) doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 966/2022, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislações pertinentes, **o contrato XXXXXX, Processo nº 25.18.000002335-4, PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026**, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de elementos em concreto armado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento contratual, no Edital Pregão Eletrônico nº 90008/2026 e seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

2.1. A CONTRATADA obriga-se a:

2.1.1. Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente Contrato;

- 2.1.2.** Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/2026, Termo de Referência e demais anexos, que são parte integrante deste instrumento independente de transcrições**, especificações, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;
- 2.1.3.** Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 2.1.4.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços, nos termos do artigo 125 da Lei n.14.133/2021.
- 2.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 2.1.6.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 2.1.7.** Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 2.1.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI da Lei nº 14.133/21;
- 2.1.9.** Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido;
- 2.1.10.** Disponibilizar os objetos de forma parcelada de acordo com as necessidades do Município de Goiânia.
- 2.1.11.** A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos objetos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Edital de licitação.
- 2.1.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 2.1.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 2.1.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 2.1.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.1.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.1.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

**2.2. A CONTRATANTE se compromete a:**

- 2.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o artigo 117, da Lei 14.133/21, bem como o art. 13, I, "b", da IN n. 09/2023 do TCM, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás **e do art. 12 do Decreto Municipal nº 963/2022.**
- 2.2.2.** O fiscal do contrato acima mencionado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º da Lei 14.133/21
- 2.2.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2º da Lei 14.133/21.
- 2.2.4.** Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos;
- 2.2.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula quarta.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**3.1.** A vigência do Contrato será de **24 (vinte e quatro)** meses contados a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

- 3.1.1.** O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas nos arts. **106 e 107** da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que o objeto tem natureza continuada**

**3.2.2.** Seja juntado relatório circunstanciado pelo gestor e pelo fiscal do contrato, contendo informações quanto à regularidade da execução do fornecimento;

**3.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no fornecimento;

**3.2.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

**3.2.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

**3.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

3.3. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos cópia da publicação do extrato contratual no PNCP e no sítio eletrônico oficial da administração.

3.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.7. A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.**

**4.1. DO PRAZO DO PAGAMENTO:**

4.1.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias através de Ordem de Pagamento, após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente.

**4.2. DA LIQUIDAÇÃO:**

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta Cláusula, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal no 14.133/2021.

4.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

4.2.3.1. O prazo de validade;

4.2.3.2. A data da emissão;

4.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

4.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

4.2.3.5. O valor a pagar; e

4.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

4.2.4.1. A apresentação e protocolização da Nota Fiscal ou Fatura e a juntada da documentação pertinente são de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal no 14.133/2021, exigida no edital.

**4.2.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**4.2.6.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**4.2.6.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**4.2.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

**4.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**4.2.9.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**4.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

**4.3. DO PREÇO:** A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor correspondente aos produtos, sendo que o valor total do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

**4.3.1.** Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes da execução do contrato, tais como: mão-de-obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

**4.4. DA FORMA DE PAGAMENTO:** Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa, nos termos do Decreto 4.387/2021.

**4.4.1.** Caso a empresa vencedora não possua conta corrente no banco que centraliza a movimentação financeira do Município, os custos de transferência bancária serão arcados pela empresa, conforme tabela de serviços bancários.

**4.5.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em virtude de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**4.5.1. ATRASO DE PAGAMENTO:** No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE de correção monetária.

**4.5.2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**4.6. REAJUSTE:** Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do § 3º, art.92 da Lei Federal nº 14.133/2021. O valor contratado será reajustado utilizando-se Índice Nacional de Custo da Construção INCC, do período.

**4.6.1.** Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.

**4.6.2.** Quando da formalização do reajuste deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto nº 5201/2023.

**4.6.3.** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo desde que verificados os requisitos conforme item 10 do Termo de Referência.

**4.6.3.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da regular instrução do pedido (entrega de toda a documentação necessária), para proferir decisão definitiva.

#### **4.7. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**4.7.1.** A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsto no item 14 do Termo de Referência.

**4.7.2.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

**4.7.3.** A garantia poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

**4.7.4.** A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;

**4.7.5.** A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE.



**5. CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 5.1. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
- 5.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.
- 5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3.1** A fiscalização será de competência e responsabilidade do órgão solicitante.
- 5.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.5. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.6. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso., bem como o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 5.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.9. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado.
- 5.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.
- 5.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. outras atividades compatíveis com a função.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1. A classificação das despesas dar-se-á a conta de **Dotação Orçamentária nº**

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E MULTA**

- 7.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 7.2. A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.
- 7.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.3.1.** advertência;
- 7.3.2.** multa;
- 7.3.3.** impedimento de licitar e contratar; e
- 7.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.4.2.** As peculiaridades do caso concreto;

- 7.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 7.4.5.** A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.
- 7.5.** A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 7.5.1.** Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- 7.5.2.** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 7.5.3.** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 7.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:
- 7.6.1.** Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.6.2.** Inexecução total do contrato nas hipóteses:
- 7.6.2.1.** Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- 7.6.2.2.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de contratação(a) durante o certame;
- 7.6.2.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.6.2.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- 7.6.2.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 7.7.** As situações previstas nos itens 7.6.2.2 e 7.6.2.5 ensejará a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 7.8.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.8.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.8.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 7.8.3.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 7.8.3.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 7.8.3.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 7.8.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- 7.8.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.9.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:
- 7.9.1.** Para as infrações previstas nos itens 7.6.3, 7.6.4 e 7.6.5, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 7.9.2.** Para as infrações previstas nos itens 7.8.1, 7.8.2 e 7.8.3, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 7.10.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.11.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 7.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.8.1, 7.8.2 e 7.8.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.6.3, 7.6.4 e 7.6.5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.
- 7.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 7.18. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/).
- 7.19. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

- 8.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos contratados, conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 90008/2026 e das seguintes disposições:
- 8.2. A Comissão de Recebimento de Objeto deverá atestar a qualidade do objeto, mediante recibo, devendo rejeitar qualquer produto que esteja em desacordo com o especificado no Edital.
- 8.3. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado, em perfeitas condições conforme a proposta apresentada, dentro do horário estabelecido pela CONTRATANTE.
- 8.4. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 c/c o art. 18, inciso II, da IN nº 004/2022 SEMAD, mediante recibo, o objeto deste Contrato será recebido:
- I - Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- II - Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.4.1. O responsável pelo recebimento provisório é proibido de receber definitivamente ou participar de comissão designada para o recebimento definitivo do objeto contratado;
- 8.4.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações definidas em edital para as compras que se utilizem de outro instrumento.
- 8.4.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 8.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária a posteriori. Deverão ser substituídos os materiais que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.
- 8.5. É vedado à contratada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

- 9.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).
- 9.2. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da Contratada de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o(s) produto(s) com avarias ou defeitos.
- 9.3. Aplica-se, no que couber, às disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

- 10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.
- 10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.3. A extinção prevista no item 11.2 ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia, nos termos do art. 106, inciso III, § 1º, da Lei 14.133/2021.
- 11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o item 11.3 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.6. Na hipótese prevista no item 11.5, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.7. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 11.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria;
  - 11.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato; e
  - 11.7.3. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter créditos neste contrato para pagamento de contratos já extintos/finalizados;
- 11.8. Aplica-se à extinção do contrato a seção VI da IN nº 04/2022/SEMAD.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 12.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- 12.2.1. A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com a CONTRATANTE.
- 12.3. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
- 12.3.1. CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
- 12.3.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
- 12.3.3. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 12.3.4. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**12.4.** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a CONTRATANTE está exposto.

**12.4.1.** A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**12.5.** A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**12.5.1.** A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

**12.5.2.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitada, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

**12.6.** A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação.

**12.6.1.** A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

**12.7.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**12.7.1.** Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

**12.8.** A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

**12.9.** A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

**12.9.1.** A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**12.10.** Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

**12.11.** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE para as finalidades pretendidas neste contrato.

**12.12.** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTRATANTE.

**12.12.1.** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**12.13.** A Contratada deverá observar, no que couber, as disposições do Decreto Municipal nº 2.793/2025, que regulamenta, no âmbito municipal, a Lei Federal nº 13.079/2018, devendo adequar a execução contratual às normas nele estabelecidas

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

**13.1.** Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, conforme previsto no §1º do art. 54 da Lei n. 14.133/21, bem como no Diário Oficial do Município de Goiânia.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA APRECIACÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

**14.1.** O presente Instrumento será objeto de apreciação pela **Controladoria Geral do Município** e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o **artigo 3º da IN nº 012/2018 do TCM**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

**15.1.** Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 e seus Anexos, o estudo técnico preliminar, a Proposta da CONTRATADA datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

**16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 966/2022.

**17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO**

17.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF CPF

RG RG



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 29/04/2026, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ruty Maria dos Santos, Gerente de Pregões**, em 30/04/2026, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **9994350** e o código CRC **C78C8C0D**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.18.000002335-4

SEI Nº 9994350v1